

# REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO

VOL. 2 | N. 2 | JULIO/DICIEMBRE 2015 | ISSN 2362-583X  
SANTA FE | ARGENTINA | PERIODICIDAD SEMESTRAL

Promoción:



Revista oficial de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo  
formada por las siguientes instituciones:



UNIVERSIDAD NACIONAL  
DEL LITORAL



PONTIFICIA  
UNIVERSIDADE  
CATOLICA DO PARANÁ



UNIVERSIDADE DA  
CORUÑA



UNIVERSIDAD NACIONAL  
DE ROSARIO



UNIVERSIDADE DE  
SANTA CRUZ DO SUL



UNIVERSIDAD DE  
SALAMANCA



UNIVERSIDAD  
EMPRESARIAL SIGLO 21



INSTITUTO DE DIREITO  
ROMEU F. BACELLAR



UNIVERSIDAD DE  
HUELVA



UNIVERSIDAD NACIONAL  
DEL COMAHUE



FACULDADES  
INTEGRADAS  
DO BRASIL



UNIVERSITÀ  
COMMERCIALE  
LUIGI BOCCONI



ASOCIACIÓN ARGENTINA  
DE DERECHO  
ADMINISTRATIVO



ESCUELA LIBRE DE  
DERECHO  
UNIVERSIDAD



UNIVERSITÀ LUM  
JEAN MONNET



RED DOCENTE  
EUROLATINOAMERICANA  
DE DERECHO ADMINISTRATIVO



## Os princípios da Administração Pública que fundamentam as condenações pelo artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa: uma análise a partir das decisões do TJRS

*The principles of the Public Administration underlying condemnations under article 11 of the Administrative Misconduct Law: an analysis from the TJRS decisions*

RICARDO HERMANY\*

Universidade de Santa Cruz do Sul (Brasil)  
hermany@unisc.br

KARINE SILVA DOS SANTOS\*\*

Universidade de Santa Cruz do Sul (Brasil)  
karinesantos\_karine@hotmail.com

**Recibido el/Received:** 09.05.2015 / May 09<sup>th</sup>, 2015  
**Aprobado el/Approved:** 15.06.2015 / June 15<sup>th</sup>, 2015

### RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral realizar a análise jurisprudencial em torno de uma modalidade específica de improbidade administrativa, adentrando, com isso, em seu problema principal, que se encontrava em verificar qual tem sido o posicionamento decisório do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJRS - frente aos casos de condenação pelo artigo 11 da Lei nº. 8429/92, conhecida como Lei de Improbidade

---

Como citar este comunicado científico | How to cite this abstract: HERMANY, Ricardo; SANTOS, Karine Silva dos. Os princípios da Administração Pública que fundamentam as condenações pelo artigo 11/LIA: uma análise a partir das decisões do TJRS. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, Santa Fe, vol. 2, n. 2, p. 265-266, jul./dic. 2015. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.14409/rr.v2i2.5232>.

\* Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com doutorado sanduiche pela Universidade de Lisboa; Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul; graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa. Professor universitário na Graduação e no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul.

\*\* Acadêmica do curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista de Iniciação Científica na modalidade PROBIC/FAPERGS.



Administrativa - LIA. Como objetivos específicos, pretendeu-se verificar qual princípio da Administração Pública fundamentou número maior de sentenças condenatórias e analisar as condutas correspondentes, tendo sido verificada, também, a possibilidade de apontar o enquadramento legal considerado pelos julgadores. No decorrer do estudo, foram encontradas duas questões de pesquisa cujas abordagens foram importantes para o entendimento dos resultados alcançados: para a que recaiu sobre o exame da modalidade específica, foram investigados o conceito e os requisitos fundamentais para sua configuração - assim, para tanto, considera-se necessária a existência de prática violadora de princípio constitucional regulador em razão de atuação em comportamento funcional ilícito, onde o agente público atua com má-fé, desonestidade ou falta de probidade, sendo a norma considerada como sendo de aplicação residual; para a que recaiu sobre o princípio em destaque, os entendimentos fundamentaram-se na corrente que vincula a moralidade administrativa ao dever de boa-fé na atuação da Administração Pública. Assim, metodologicamente, em etapas distintas, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e jurisprudencial. Dos panoramas de resultados alcançados e conclusões obtidas, destaca-se que: 1) o princípio que fundamentou número maior de condenações foi, reafirma-se, o da moralidade administrativa (aparecendo 17 vezes em uma amostra de 45 julgados - analisada dentro dos resultados colhidos através de filtros específicos utilizados na busca disponível no site do TJ/RS); 2) inexistente um padrão específico de condutas; o que se pode apresentar é a indicação de questões mais recorrentes, já previsíveis de antemão, de onde destaca-se a ocorrência de burlas a procedimentos administrativos, sejam eles licitatórios ou de concursos públicos, e de desvios de finalidade; 3) quando da realização de uma análise minuciosa de cada caso, levantou-se o enquadramento legal de cada condenação, sendo que não foi apontado, na maioria dos julgados, a qual inciso do artigo 11/LIA a conduta correspondia; presume-se que isso ocorre pela não interferência dessa indicação na sanção a ser aplicada. A pesquisa, quando da escolha do artigo 11, justifica-se pela importância que os princípios constitucionais assumem no interior da Administração Pública.

**Palavras-chave:** Lei nº. 8429/92; improbidade; condenação; princípio; moralidade.

**Keywords:** Law nº. 8429/92; improbity; condemnation; principle; morality.